

Reunião: 2ª Assembleia Geral Ordinária da CIES Estadual-GO

Data: 29/05/2018 **Local:** Sala 06 **Horas:** das 08h: 00min às 12h: 30min.

1. **PAUTAS:** II Curso de Promoção de Modos de Vida Saudáveis no Ambiente Escolar; Curso de Qualificação das Ações de Alimentação e Nutrição no SUS - GO; Qualificação de Membros das 19 Comissões de Integração Ensino-Serviço/CIES do Estado de Goiás; Informe sobre a viagem de apoio a CIES São Patrício II, Goianésia; Informe sobre a viagem de apoio a CIES Pireneus, Anápolis; Informe sobre o curso "Irradia Saber".

ATA

Aos vinte e nove dias de maio de dois mil e dezoito (29/05/2018), às 09h00min, na sala 06 na Escola Estadual de Saúde Pública "Cândido Santiago" – ESAP - Superintendência de Educação em Saúde e Trabalho para o SUS, aconteceu a 2ª Assembleia Ordinária da CIES Estado-GO, com a presença dos membros da CIES Estadual, sendo técnicos da SES - Regionais de Saúde e Superintendências da SES, SEST, da SMS, Entidades formadoras, representantes de gestores municipais e etc. **Edy-Lamar** faz o acolhimento dos membros, dando as boas vindas e fala das pautas que serão discutidas no dia. Depois passa a palavra para **Fátima** que se apresenta como servidora da SES, na SUVISA-coordenação de Vigilância Epidemiológica de Violências e Acidentes, Gerência de Vigilância Epidemiológica. Fala do "II Curso de Promoção de Modos de Vida Saudáveis no Ambiente Escolar", um curso voltado para profissionais do PSE. Dá uma explicação sobre as doenças crônicas, que são o primeiro fator de mortalidade na população. Pergunta se as pessoas que estão na reunião sabem quais os principais motivos de mortes nas suas regiões em seus municípios. Ninguém se manifesta, e ela brinca dizendo a necessidade de intensificar a vigilância para que possam entender as causas de mortes da população no Estado de Goiás. Diz que a primeira causa é cardiocirculatórias, segundo lugar as causas externas: violências e acidentes e em terceiro lugar as neoplasias. Menciona também classificação em que se encontra os outros Estados. Fala do tabaco, o uso nocivo do álcool, a má alimentação e o sedentarismo. Fala também do crescimento da obesidade, tanto nos adultos quanto nas crianças e adolescentes. Fala da necessidade de qualificar os profissionais para combater a obesidade. Fala dos indicadores do Programa de Saúde Escolar-PSE, o indicador de prevenção da violência, indicador de enfrentamento ao tabaco, indicador de melhoria da alimentação-nutrição. Fala da primeira causa de morte que são as doenças cardíacas, e que as principais causas são pela obesidade, sedentarismo, tabaco e uso do álcool. E explica que foi mediante essas informações que resolveram apresentar esse curso para qualificar profissionais da saúde e da educação. Esse é o segundo curso, porque há três anos já foi ofertado e foi muito sucesso. É um curso de quarenta horas, com metodologia é presencial, de imersão e ao final do curso, os municípios participantes agrupados por regiões, proximidade, começam a confeccionar um plano em cima desse fator de risco, dessas principais doenças com causa de mortalidade, volta ao seu município, pega assinatura dos seus gestores, tanto na área da saúde e da educação e depois apresenta para a equipe, para implementação das ações. Isso é um produto de final de curso. O objetivo é fazer com esses profissionais conheçam essas estatísticas e trabalhem no combate. A SUVISA através da sua coordenação de vigilância epidemiológica com suas áreas, elaborou esse plano em 2012, e agora levar ao município o conhecimento desse plano para implementar as ações de controle a hipertensão, obesidade, diabetes, alimentação saudável, o tabaco e seus fatores de risco. Fala da alimentação das nossas crianças, o sal, os embutidos, os refrigerantes e sucos com

corantes e conservantes. O curso propõe oficinas para os profissionais trabalhar o estímulo às crianças a alimentação saudável e a mudança de hábito. Esse curso vai fazer com que as escolas se atentem para os problemas existentes: violências, automutilação crescendo de forma acelerada, suicídio. Os municípios têm entrado em contato e nos relata situações como em Buriti Alegre, regional Sul, com automutilação e tentativa de suicídio altíssimo. Em dois meses dez crianças se automutilaram. Fala dos jogos disponíveis hoje na internet, e também das informações e da perda de vínculo com a família por estarem conectados demais. Pergunta se o pessoal das regionais tem notado essa crescente e desafiadora situação de automutilação e suicídios nas escolas e municípios. **Edy-Lamar** fala que foi levando esse problema numa reunião em que ela foi na regional de Goiás e que ela desconhecia esse problema em sua região e que agora no final do mês foi levantado esse problema novamente e que ela não acreditou que isso tivesse acontecendo realmente, e que apresentou em outros municípios também, inclusive em municípios pequenos. Mas que o caso de Buriti Alegre é mais sério e estou pedindo ajuda dos outros coordenadores pra gente ver se faz um plano para poder ajudar. E quando falaram do problema de Goiás, achei que estava muito distante da gente da região Sul, mas agora você falando de Buriti Alegre, vejo que tá bem próximo. Fatima fala de se colocar a disposição para o que as regiões precisarem e que a SUVISA já está trabalhando um plano junto com a SEDUCE para o segundo semestre, para trabalhar esse índice de suicídio nas regiões, porque essa demanda está crescendo de forma acelerada e pretendemos trabalhar essa demanda fortemente, porque ela está surgindo pra gente de forma acelerada. E voltando ao projeto, a meta é qualificar cem profissionais do Programa de Saúde Escolar-PSE, cinquenta da saúde e cinquenta da educação. Fala da ficha de notificação de violência, que é da saúde, mas que o CRAS, o CRES e a Educação também já utilizam desse instrumento. Porque a gente só consegue implantar os programas como CAPS, se tivermos dados precisos para trabalhar. **Edy-Lamar** fala que o caso é que não tem notificação na região de Goiás referente a esses casos. **Fátima** fala que de rumores não se cria programas e que não adianta chegar ao gestor e solicitar um CAPS para tratar essas crianças e esses adolescentes se não constar nas fichas de notificações de dados. **João** fala da alimentação na escola há tempos atrás. Que, antes era a própria escola que adquiria os alimentos e ele perguntam se ainda continua assim. **Fátima** responde que na rede pública sim. Pergunta da obrigatoriedade de ter nutricionais nas escolas. Respondem que não. João pergunta se as merendeiras seriam capacitadas. **Fátima** diz que não, mas que o profissional do PSE tem a obrigação de preparar a merendeira. Esse curso é para multiplicadores, e que o que eles aprenderem, eles tem que repassar, para que as merendeiras baixem o teor do sal, do açúcar, do óleo e etc. **João** fala que sua preocupação é a informação chegar à ponta. **Fátima** volta a apresentação dizendo que será um curso de quarenta horas, com quatro turmas de vinte e cinco. Enquanto vinte cinco alunos estão na sala de aula falando de obesidade, outros vinte cinco estão falando de violência e assim sucessivamente, de forma que na sexta-feira ao final do curso, todos passaram por todas as salas. Serão várias oficinas, oficinas de casos clínicos, oficina de simulação de compra, oficina de preenchimento da ficha, exercícios coletivos e etc. Eles ficarão dezesseis horas em cada sala, são os alunos que rodam de sala em sala. Fala também do local onde será realizado o curso, uma estância em Anápolis, porque a sentido é imersão e lá propicia tudo isso, inclusive a prática de atividade física. Fala da matriz curricular, do término do curso com avaliação da SEST, mas, também uma avaliação do proponente. O certificado é emitido pela SEST-SUS ao final do curso, a Escola exige 75% de frequência, mas como é um curso de imersão, se consegue 100% de frequência. O recurso, a fonte financiadora é da própria SUVISA, do próprio fundo de alimentação, o recurso de violência e acidentes são recursos federais que as coordenações recebem. Serão cento e vinte e oito mil, para um curso de quarenta horas, para cem pessoas. Alguém pergunta sobre a quantidade de municípios pactuados, **Fátima** responde que ela não sabe quantos, mas que existem muitos municípios pactuados, não sabe responder se todos os duzentos e quarenta e seis do Estado de Goiás já foram pactuados. Diz ser interessante colocar no

projeto a proposta de outras turmas. Diz que todos sabem que curso com muitos alunos não tem efetividade, mas que se não conseguir atender a todos, ela pode levar essa sugestão para o grupo que elaborou o projeto, pode prever para dar continuidade ao curso nos anos seguintes, 2019 e 2020 com a intenção de atender a maior parte dos municípios pactuados, porque sabemos que são mais de duzentos. Fala da exclusão de alguns municípios, da divisão das vagas, fala que a demanda foi alta e que tiveram um trabalho grande para selecionar o número de vagas ofertadas. Fala do monitoramento feito dos municípios, da rotatividade de pessoas que foram capacitadas e que não estão mais nos municípios. **Fátima** explica sobre os critérios que foram utilizados e que é inviável atender a todos de início e que foram utilizados critérios para atender os municípios menores também. Porque a demanda foi altíssima e que tiveram muito trabalho na etapa de exclusão. Fala também que o produto do curso é a elaboração do plano e que por muito tempo foi monitorado as ações dos municípios. Mas existe também a questão da rotatividade de servidor que foram capacitados e que não estão mais atuando nos municípios. **Edy-Lamar** fala do critério de vagas sendo apenas cem vagas, que não atende a todos os municípios. Explica que a região dela tem doze municípios, para apenas cinco vagas. Fala também sobre a relação de nomes que solicitaram das regionais e que faziam educação em saúde, que seria para uma capacitação da SUVISA na atenção. E particularmente, alguns municípios nosso, enviaram mais de um nome, além do mais, não é uma pessoa só que faz educação em saúde em um município. Ou seja, temos doze municípios, teríamos que ter doze ou mais, porque tem município que enviou mais de uma pessoa. E agora temos cinco vagas, o que a gente faz com os outros nomes? **Fátima** fala dos critérios novamente: nível superior, de preferência efetivo e etc. **Edy-Lamar** fala que mesmo assim excede. **Fátima** fala que no curso passado eles tinham cento e vinte vagas e trezentos inscritos. **Anna Carime** pergunta se ela tem a quantidade de municípios pactuados. **Fátima** diz que não sabe ao certo, mas sabe que foram mais de duzentos municípios pactuados. **João** fala de uma opinião pessoal, diz que uma andorinha não faz verão, talvez a estratégia fosse concentrar em uma região de cada vez, porque facilitaria para avaliar o impacto posterior. **Fátima** fala que pode avaliar essa possibilidade. **João** fala que a resolutividade seria melhor. **Júlia Rinaldi** diz que essa discussão esta se dando em torno dos profissionais da saúde, e pergunta que até o momento estão falando apenas dos profissionais da saúde, pergunta sobre os profissionais da educação. Diz que a proposta do João é a mais sensata no momento em relação às vagas. **Anna Carime** diz que deve-se concentrar em uma região, mas prever novas turmas. **Eugênio** fala que a primeira questão para se olhar, é onde a necessidade é maior, foi para isso que foi feito aquele levantamento. Parece que o levantamento que foi feito, não foi levado em consideração. Ele diz que concorda com a Anna Carime e que a forma que vai ser feito é que tem que ser olhado a questão da necessidade, e que esses critérios não sejam construídos em gabinetes, que seja realmente com participação das regionais, dos municípios mediante a necessidade local. **Fátima** diz que vai levar as sugestões ao grupo de trabalho. **Júlia** pergunta se o curso é para formar multiplicadores. **Fátima** fala que sim. **Mirian** fala de qualificar profissionais das regionais e esses profissionais produzirem multiplicadores. **Fátima** diz que essa experiência não funcionou, mas que agora vai qualificar das regionais, mas também dos municípios. A experiência mostra que apenas das regionais, não chega à ponta. **Fátima** fala que o curso é feito nesse formato, mas o município não precisa fazer quarenta horas de imediato, que são feitos por etapas, primeiro vão trabalhar violência, depois tabaco, nutrição, diz que o formato é para otimizar porque são poucas pessoas envolvidas, senão ficariam o ano inteiro com esse curso. Essa foi a forma que o Estado achou melhor. **Carla** fala sobre a logística do projeto, fala que da previsão de novas turmas, fala também da análise depois da primeira oferta, se alcançou o previsto, porque assim como ela já disse em outras reuniões e nos GT's, falta para nós ainda, o monitoramento das ações feitas. **Edy-Lamar** fala que por tantas adequações, o projeto não terá tempo suficiente para ir pro GT da CIB e pede para incluir nas recomendações a volta dele à CIES na próxima reunião no dia 28/06/18. Das

recomendações: 1º - Que sejam analisados indicadores priorizando os municípios com fatores de risco violência, tabaco, obesidade e prever novas turmas; 2º - Que a partir desses indicadores sejam selecionadas as regiões ou macrorregiões com maiores fatores de risco; 3º - Quantificar os municípios pactuados e contemplados no PSE; 4º - Que seja colocada no projeto uma vaga por regional de saúde; 5º - Que seja colocado no projeto; contemplar os profissionais da Saúde e Educação; 6º - Que o projeto seja apresentado novamente a CIES do mês de Junho para assim serem analisadas novamente suas adequações e enviado a CIB. Edy-Lamar pede para que Fátima passe para a próxima pauta do "Curso de Qualificação das Ações de Alimentação e Nutrição no SUS – GO". Fátima inicia a apresentação falando que o curso é da Maria Janaína Cavalcante, da subcoordenação de vigilância nutricional, Mariela, nutricionista, técnica da área e a Janaina pediu para que a gente apresentasse por estar de férias. Inicia falando da justificativa do curso que são as transições que andam ocorrendo, tanto as demográficas, como as epidemiológicas e também as nutricionais. As demográficas é a questão da nossa população estar com a taxa de natalidade diminuindo, longevidade aumentando, transição epidemiológica é a questão das modificações das doenças e causa mortes. A nutricional devido a mudanças na alimentação saudável para a não saudável por administração de conservantes, sal, açúcares e etc. Essa transição nutricional com baixa ingestão de frutas e verduras, favorece as doenças cardiorrespiratórias, diabetes e cânceres. Considerando o papel de proteção contra as doenças, porque se tivermos boa alimentação evitaremos a obesidade, diabetes, hipertensão arterial, cânceres e etc. Muitas dessas doenças são acometidas pela alimentação e nutrição. E diante desse cenário, a atenção primária e a vigilância epidemiológica quer levar esse conhecimento às comunidades, de novas formas de alimentar e mudar o cenário das crianças e adolescentes obesas e também idosos já adoecidos, para que eles tenham mais qualidade de vida. A proposta do curso é qualificar os profissionais de saúde da atenção primária das regiões de saúde. Qualificar os profissionais tanto na esfera Estadual e Municipal para executarem ações de alimentação e nutrição. Os objetivos específicos atualizar nutricionistas e demais profissionais da atenção primária e vigilância e saúde. Fátima fala da preocupação que o Estado tem com as doenças transmissíveis como a dengue (deve ter mesmo), mas não podemos esquecer que temos que capacitar os profissionais para atuar nas maiores causas mortes que são as não transmissíveis, como hipertensão, diabetes e etc. Fala da meta que já prevê novas turmas. Seria vinte turmas, cinco turmas esse ano, dez ano que vem e cinco em 2020. Deverá ser capacitados setecentos profissionais da atenção primária, voltada para a alimentação e nutrição. Será em EaD (a distância), com conteúdos semanais, dentro das especificações da escola. Fala da Matriz curricular. Fala dos critérios de avaliação para aprovação são os da SEST-SUS. Serão certificados pela SEST-SUS. A fonte financiadora é o FAN(fundo de alimentação e nutricional) recurso federal, passado para o Estado para EP, segue todas as normativas da SEST-SUS. Fala do valor de 204 mil, para capacitar 700 alunos em vinte turmas. O custo por aluno é de 292 reais. Fátima pergunta se tem alguma observação em relação à apresentação do curso. Anna Carime diz que o projeto que ela recebeu via internet, não contem o quadro de vagas. Fátima diz que não sabe o que aconteceu, mas que vai verificar. Fala também que nem todos os municípios tem nutricionistas, e por isso é aberto a nutricionistas e demais profissionais de saúde. Em alguns municípios é o enfermeiro que faz o papel do nutricionista. Carla fala de um item que diz: responsáveis pela alimentação e nutrição das regiões de saúde (provavelmente quis dizer regional, porque não existe um profissional responsável na região de saúde), fala também que o agente de saúde também deveria fazer parte do quadro de vagas, porque muitas vezes é ele que está em contato direto com as famílias. Ela pergunta se não daria para contemplar outros profissionais? Fátima pergunta se tiraria o nível superior? Carla responde que se deve ver se o conteúdo alcança outros níveis, se não deve se pensar, porque o ideal é que o agente de saúde entenda pelo menos o básico. Anna Carime diz que trabalhando com nível superior, eles serão multiplicadores. Carla

volta a dizer que precisamos pensar no todo, o que seriam essas 700 vagas, todos os municípios necessitam dessa orientação alimentar, deveria minimamente ser um profissional por equipe. Fala também que não conseguimos fazer vigilância em saúde, sem conhecer o perfil da atenção básica. Fala que a pessoa que for qualificada para isso, ela deve ser de fato preparada para fazer vigilância na população. **Edy-Lamar** fala que isso tá contemplado no projeto. **Carla** fala que não tem na cópia dela. **Soraia** responde que é norma da escola não enviar mais as cópias de curso com EMENTA. Carla diz que o que ela tá falando é baseado naquilo que ela respondeu e pergunta por quê a escola não envia mais com EMENTA? **Edy-Lamar** responde que parece que existiu um boato que estavam vendendo projetos da escola. **Carla** fala da comunicação dos profissionais de saúde, diz que não se comunicam e quando o fazem, fazem muito mal. Devemos fortalecer isso nas nossas equipes. Fala da apresentação para as crianças, ser mais interativo, porque todos os folders que vemos para criança é com aquela pirâmide alimentar, aquilo não alcança a criança, precisa ser coisas mais interativas, como jogos etc. **Fátima** acata as sugestões e diz que vai fazer as adequações. **Carla** fala de suas dúvidas em relação à avaliação e frequência. **João** explica como é feita a avaliação da escola para conclusão e as diferenças entre o curso em EaD e o presencial. **Carla** fala do número de horas em que o aluno ficou na plataforma. Alguns riem e diz que isso não caracteriza presença, porque o aluno pode deixar o computador aberto na plataforma e não estar lá. **Fátima** diz que são critérios da Escola para avaliação e certificação. **Edy-Lamar** fala do EaD e a condição do aluno no município de fazer um curso EaD. Da exemplo do curso em que eles no município de Itumbiara tem cem alunos, mas eles não entram na plataforma, a regional corre atrás desses alunos, o coordenador fica em tempo de ficar louca sem saber o que está acontecendo, e então ela descobriu tem que unidade que não tem ponto de internet, tem aluno que fez inscrição, mas não tem como fazer, tem cinquenta alunos e apenas cinco entraram na plataforma. Porque o secretário tem que assumir a responsabilidade, ele indica os alunos, mas não dá condições necessárias para esse aluno fazer o curso. E temos que criar um mecanismo para saber se esses alunos vão fazer o curso ou não. Porque depois fica a evasão. Ela pergunta se tem uma forma de escrever isso no projeto, dar a responsabilidade ao gestor de proporcionar as condições necessárias para que o aluno faça o curso. **Sirlene** fala que normalmente o aluno faz o curso de EaD fora de seu ambiente e horário de trabalho, em casa. E fazendo uma análise, o nível superior tem mais condições e acesso para realizar esse curso em EaD. A escola tem que provocar essas discussões com as instâncias colegiadas. **Fátima** fala que talvez seja necessário um curso de informática, porque muitas vezes o aluno faz a inscrição, mas não sabe trabalhar na plataforma. **Fátima** fala que em EaD exige muito mais disciplina do aluno do que presencial. Ela fala que o papel do tutor é fundamental, cobrança, ligações, mensagens e etc. Ela disse que já presenciou alunos em algum município que não tinha internet e se deslocavam para outro município e finalizaram o curso. O tutor tem obrigação de tentar fazer com que o aluno supere as dificuldades. **Ruth** fala das experiências que tem vivido, de ver que pessoas na regional de saúde que tem nível superior, que falam muito bem, escrevem muito bem, mas tem uma dificuldade incrível com computador. **Anna Carime** fala do produto final do curso que é fazer um projeto. Fala que principalmente em EaD precisa ter um momento em que haja orientação para esse projeto final. Diz que faltou isso na carga horária do curso, esse acompanhamento do produto final. A carga horária não contempla o momento de orientar o aluno no produto final. **João** fala que com relação a o pessoal que não tem nível superior, que não tem domínio com computador, sempre tem que ter o cuidado de colocar um momento para as orientações básicas de inclusão digital logo no início do curso. O que o aluno precisa para seguir e desenvolver um aprendizado favorável. **Mirian** fala que o curso tem por objetivo capacitar pessoas que vão ser multiplicadores, e que seja qual for a sua formação, seja nutricionista, agentes comunitários de saúde, técnicos de enfermagem e etc., é preciso pensar que temos que pensar em fortalecer a educação permanente nas regionais de saúde, porque é quem vai dar suporte para os

municípios. Eu estou preocupada porque estão esquecendo do fortalecimento das regionais. Na regional existe um coordenador e é esse coordenador que vai dar esse suporte e que percebe a fragmentação, pensamos apenas em um problema e não se trabalha educação permanente isolado das outras, como a vigilância a saúde, atenção básica, psicossocial. É preciso pensar em educação permanente fortalecida nas regionais, porque podemos ter a melhor equipe de trabalho, que senão não vamos conseguir fazer nenhum tipo de trabalho. Se não tivermos os coordenadores de EP, as equipes fortalecidas estaremos dando murro em ponta de faca a vida inteira. **Edy-Lamar** diz que ver a GERNACE falar uma coisa dessa é tudo que nós precisamos. As ações estão acontecendo atropeladas dentro das regionais sem que esse coordenador saiba. Inclusive aproveitar que a SUVISA está aqui representada e falar que está acontecendo um curso de toxoplasmose junto com outro que são cinco dias, e não foi pactuado com o secretário, quer que faz um projeto de última hora, ninguém sabe nada do projeto pra poder informar, e a servidora da vigilância só foi até a coordenação, porque disse que não dá conta. Então estamos tentando um bom relacionamento com a SUVISA, para entender o projeto. São cinco dias e não passou pela CIES, não passou pelo GT de educação permanente, e está acontecendo. Atropelou a regional, todas as instâncias e dentro da regional o coordenador de EP. **Edy-Lamar** pergunta quem foi chamado pra fazer, antes do não dou conta. **Julia** fala que falou com a Soraia sobre isso, inclusive pediu pauta, mas a gerente da escola não deu abertura. Inclusive uma das pautas que ela solicitou foi sobre isso, projetos que estão atropelando o serviço do coordenador na ponta. Disse que não era pra ter essa discussão aqui na CIES. **Soraia** pede a palavra e explica que recebeu o e-mail solicitando pauta e que a pauta já estava fechada. Orientou que trouxesse no dia da reunião para que fosse solicitado pauta extra. Mas que ela passou e-mail para gabinete da SEST depois da sua resposta e que a superintendente solicitou para que a Fabiana ligasse pra ela e resolvesse o problema. Então a superintendente me chamou na sala e me disse que com relação ao seu e-mail solicitando pauta, ela já havia resolvido com a Fabiana e que era um problema interno da escola e não precisava passar pela CIES. **Edy-Lamar** fala que as pautas da CIES são solicitadas pra secretaria executiva da CIES, não são para o gabinete da SEST. **Soraia** explica que depois da solicitação da Júlia, a Superintendente fez uma norma dizendo que pauta dos coordenadores de EP são solicitadas pelo gabinete da SEST. **Anna Carime** diz que se o coordenador da EP for também coordenador da CIES regional, a pessoa tem autonomia para solicitar pauta diretamente para CIES Estadual. São duas coisas diferentes. Não necessariamente o coordenador de EP precisa ser coordenador da CIES, pode ser outra pessoa e que tem autonomia para falar com a CIES estadual. **Elza** fala que já havia sido discutido com a SPAIS, com a GERNACE, com a SUVISA, que o coordenador de EP precisa saber quem está coordenando o curso, revisar etc., isso não é papel do coordenador, estar articulando? E queria pedir aqui novamente, tudo que tiver que ser feito, é interessante a gente saber. E esses curso que estão acontecendo, os municípios cobram da gente e a gente não sabe de nada. **Edy-Lamar** fala para que a Mirian que levasse o pedido dos coordenadores de EP. Porque só a GERNACE pode ajudar os coordenadores de EP, porque são seis coordenações e precisamos que essas outras coordenações interajam com as coordenações de EP em tudo que for Educação Permanente, para que possam trabalhar juntos. Porque os coordenadores de EP atende as demandas da SEST, mas a SEST não pode pedir para as demais coordenações esse parceria. A proposta de ter um coordenador de EP, era para que pudessem avaliar, acompanhar, articular e etc. Fala que na regional Sul apenas a SUVISA não fala com a Coordenação de EP, a SPAIS interage, o pessoal do planejamento, pessoal da SUPRASS. A SUVISA vem aqui na CIES, mas a demanda chega direto na coordenação de vigilância e não passa na coordenação de EP. Nós sabemos que a SUVISA tem muita verba própria, é uma coordenação importantíssima, e nós vimos acontecer os trabalhos de tuberculose, hanseníase, toxoplasmose, não sabemos o que o LACEN tá fazendo, tabagismo e etc. A gente fica apenas assistindo tudo acontecer. **Edy-Lamar** fala que o que a Mirian falou é pertinente, é tudo que a

coordenação de EP precisa. **Soraia** fala que achou muito interessante o que a Mirian falou, e que já trabalhou na GERNACE e que o Gerente precisa ter a mesma fala dela, mas que é muito bom saber que agora a GERNACE tem alguém de EP, e pede a ela para ajudar a fortalecer a EP na GERNACE. **Mirian** fala que já conversou com o Armando sobre isso, e que agora eles estão articulando sobre isso, porque tem que passar pelo crivo da EP nas regionais. Porque quem vai dar o apoio aos municípios, são as regionais. Então é preciso fortalecer e mostrar que as regionais de saúde não são meramente um cabide de emprego, elas são responsáveis pela disseminação. **Janislene** fala que esses eventos que a Edy-Lamar citou, só chega pra ela, para arrumar o local. Fala também do fluxo dos projetos, que tem que passar pela GERNACE, para depois de aprovado na GERNACE, seja enviado para os eventos da SEST. **Edy-Lamar** explica o fluxo e diz que apenas se a proposta for da regional, do coordenador de EP e o coordenador geral envia para a GERNACE e ela avalia se for da superintendência é a própria superintendência que avalia. **Fátima** se manifesta depois de tantas reclamações e diz que os projetos são enviados para a SEST- SUS e que ela achava que os eventos mantinha toda escola informada, inclusive os coordenadores de EP. **Carla** fala que pelo ponto de vista dela, tudo que toda discussão feita até agora referente ao fluxo, é uma questão de fluxo interno da SES e que não tem nada haver com a CIES. Não que isso não tenha impacto na CIES, mas CIES não tem governabilidade para resolver um fluxo de áreas internas da SES. Diz que na concepção dela, a CIES está confundindo as coisas. Acho que estamos querendo colocar a CIES em um lugar que não é dela. Apesar de uns dos atores da CIES serem os coordenadores de EPS, mas é uma função técnica, administrativa ligada a estrutura da SES. **Edy-Lamar** pede para que voltemos às deliberações do curso. **Júlia** fala sobre a elaboração do projeto de final de curso, pergunta se os tutores vão ser os mesmos até o final do curso. **Fátima** fala que o edital é por semestre e que todos editais preveem cadastro de reservas. **Júlia** também fala sobre o critério de notas (avaliações). **Anna Carime** fala que precisa pensar em algo relacionado ao apoio do gestor. **Fátima** fala que o gestor tem que assinar o termo de consentimento. **Anna Carime** insiste que nesse termo deve constar que o gestor vai dar apoio para a implementação desse projeto. **Carla** fala da anuência do gestor. **Carla** fala também da importância do coordenador de educação permanente estar inteirado do projeto, para que ele possa acompanhar os egressos e poder cobrar do gestor o que foi pactuado. **Edy-Lamar** fala que foi esses argumentos levados ao secretário Dr. Leonardo para conseguir as coordenações, um deles foi o de fazer o acompanhamento desses egressos. **Recomendações: Que seja acrescentar carga horária para elaboração do plano final; Que seja acrescentada vaga para o NASF no critério de ingressos; Que seja acrescentado no conteúdo, disciplina de comunicação e informação em Vigilância Alimentar; Que seja acrescentado nas Ementas das Plantas Alimentícias não Convencionais; Que conste no projeto a anuência do gestor em dar todo o apoio necessário ao aluno indicado para viabilizar sua capacitação no curso em EaD; Quadro de vagas.** Paramos para tirarmos a foto tradicional pelo fotógrafo da SEST-SUS. Reiniciamos, **Edy-Lamar** falando da próxima pauta do curso para os membros da CIES e explicando que a **Adriana** coordenadora do curso que mora em Jataí, não pôde estar presente por motivo de falta de combustível, causada pela greve dos caminhoneiros, e passando a palavra para **Sirlene do CEPS** que ia apresentar o projeto de "Qualificação de Membros das 19 Comissões de Integração Ensino-Serviço/CIES do Estado de Goiás. **Sirlene** fala que é um projeto antigo, onde se discutia a qualificação dos membros da CIES. Diz que se não está enganada, isso já foi pensado desde de 2011 e só agora acredita-se numa qualificação, atendendo as necessidades da CIES. Fala que o projeto foi apresentado na reunião anterior pela **Adriana** que foi quem elaborou e trabalhando juntamente com a coordenação do CEPS. Fala do objetivo geral que é qualificar os membros das dezenove CIES do Estado, que são as dezoito regionais e uma estadual, que atuam no quadrilátero que é o ensino, gestão, atenção e controle social. A meta é qualificar 350 profissionais de nível médio e superior que atuam dentro das dezenove CIES que atuam dentro do quadrilátero. Fala da

disponibilidade de vagas, divididas entre as 19 CIES, sendo que uma vaga de cada CIES, com exceção da CIES estadual, será destinada aos Conselhos Municipais, as Regionais de saúde, sendo uma das vagas destinada ao coordenador de EP, o Conselho Estadual de Saúde, o COSEMS, as Superintendências e Instituições Formadoras. Modalidade em ensino a Distância EaD no AVA pela plataforma Moodle, carga horária de oitenta horas, dez horas semanais, dez turmas ao mesmo tempo, sendo que no projeto anterior era divididas de cinco em cinco. Alunos por turma serão trinta e cinco. Fala da Matriz curricular. Fala do cronograma do curso, deve passar com um atraso na CIB agora de junho, serão feitas oficinas para os conteudista, o curso mesmo deve começar em setembro, outubro o componente dois, novembro o componente três e dezembro a entrega dos diários e conferências da secretaria escolar, previsão de certificação em fevereiro. **João** pergunta sobre os editais. **Silvana** responde que o edital de tutor e conteudista deve sair junto em julho porque vai passar na CIB de final de junho porque não tem como fazer antes porque tem que constar o número da resolução. Fala da planilha de custos total de R\$53.680,00 e por aluno de R\$155,65. Fala também da atualização das datas no projeto. **João** fala que no projeto não está proposto um produto final. **Sirlene** concorda que não. **João** fala que se for possível apresentar um produto final. Dá como exemplo algumas regiões que ainda não constituíram CIES, poderão trabalhar nesse tema e aquelas que já existem serem fortalecidas. Passa-se a uma discussão geral sobre o assunto todos se manifestam. **Edy-Lamar** fala que deve-se fortalecer a ideia, porque mesmo quem está caminhando em relação a CIES, está precisando de ajuda. **Anna Carime** fala que gostaria de sugerir, que no perfil do egresso, eles precisam ser ativos no fortalecimento da CIES. E que ela entende que esse é o ponto mais importante desse curso, que as pessoas saiam do curso, para realmente contribuírem com a CIES. Que os tutores enfatizem isso durante todo o processo. **Carla** cita um trecho do projeto relacionado aos objetivos específicos em relação ao verbos usados, (compreender a importância de compreender, apoiar e cooperar com os gestores municipais na construção dos PAREPS e PEEPS) ela diz que é muito mais que isso, é participar. É uma ação de fato efetiva. Que garanta que esses atores, participem de todo processo. **Elza** fala que tudo isso é muito importante, de envolver a CIES em todo esse processo de elaboração do Plano. **Carla** fala também na verificação dos planos por aqueles que estão atuando na CIES. Pensar nessa ação, enquanto monitoramento e avaliação. Controlar e avaliar a execução dos planos. **Carla** fala que vai ser excelente se realmente conseguirmos trabalhar tudo que está proposto no projeto. **Eugênio** fala que se for trabalhado a metodologia de forma tradicional não vai ser muito bom. **Silvana** fala da formação de um grupo para elaboração do edital, para avaliar o conteúdo porque é muita responsabilidade para uma pessoa só como a Adriana avaliar todo o conteúdo. Se os tutores vão saber passar esse conteúdo de maneira satisfatória e etc. **Anna Carime** diz que os tutores devem ter experiência com CIES. **Silvana** fala que não adianta apenas isso, porque eles apresentam o material e depois outro grupo tem que refazer todo material, diz que a escola lida diariamente com isso. E esse grupo ajudaria bastante, porque já poderia ir trabalhando o edital. **Anna Carime** diz que deveria ter carga horária para contemplar o plano final do curso como foi discutido aqui. **Eugênio** fala que o EaD dificulta bastante a metodologia ativa, exige muito mais dos tutores e dos coordenadores. **Edy-Lamar** fala que os tutores tem que envolver com aquilo que os alunos estão colocando, porque é uma construção. **Janislene** fala que poderíamos fazer um congresso quando terminar. **Dr. Renato** fala que deveria pensar em fazer um curso mais enxuto, mais denso, mas com uma carga horária mais abrangente. Se você tem dez horas semanais, mas você trabalha em nove e deixa uma hora semanal para trabalhar o projeto final, vão terminar o projeto junto com o curso. Ele pergunta também se existe um custo para emissão de certificados. **Silvana** fala que existe uma compra de papel de certificado pela escola e que não são mencionados custos. **Dr. Renato** diz que a PUC cobra cinquenta reais por certificado. **Mirian** fala que percebeu não ter vaga destinada a GERNACE. **Soraia** fala para colocar as vagas destinadas a GERNACE juntamente com as Superintendências. Todos verificam que apenas não foi

colocado no projeto, mas as dez vagas destinadas as superintendências que receberão as vagas, são 4 apenas ficando duas vagas para GERNACE perfazendo assim as dez vagas. **Edy-Lamar** fala que com relação à solicitação da Silvana em relação à formação de uma comissão, a CIES conta com três subcoordenações, técnica, pedagógica e de comunicação e que a sugestão dela é que esse pessoal automaticamente está com essa tarefa. Ela pergunta se deve fazer outra comissão. **Silvana** fala das atribuições que deverão ter essa comissão, de validar o material, (elaboração de edital, conteúdo e etc). **Edy-Lamar** então propõe além das coordenações já instituídas da CIES, mais a Carla, Dr. Renato e Mirian. **Carla** fala sobre a data do GT da CIB que não vai haver e propõe falar com a Lirce e enviar o projeto para ela disparar para os membros do GT de EP e levar diretamente para a Plenária da CIB. Mas que tudo isso tem que ser rápido porque a Plenária será dia 08/06. Começa uma discussão sobre as adequações a serem feitas e no final todos concordam. **Edy-Lamar** inicia a pauta seguinte, falando das reivindicações de algumas regiões solicitando apoio técnico para formalização das CIES regionais. Mas que o pessoal que trabalha nas regionais e são da CIES, porque a CIES funciona dentro de cada regional, assim como a CIES estadual está dentro da SEST-SUS, assim com a Secretaria Executiva da CIR dentro da regional. E a gente está reivindicando que a secretaria executiva da regional dentro da regional de saúde, e com isso nós conseguiríamos utilizar o veículo da regional para dar apoio a CIES regional, inclusive a todos os membros da CIES. **Soraia** fala que hoje por exemplo, a Adriana poderia ter vindo para apresentar o curso com o pessoal da regional. **Edy-Lamar** fala que a regional tinha combustível, mas o município de Jataí não tinha. O que acontece, nós que nos disponibilizamos a ajudar os colegas, não podemos ir, porque a gente tem que vir para Goiânia, para que o carro da escola nos leve até a regional que solicitou apoio técnico. Porque o nosso apoio logístico da CIES Estadual é a SEST-SUS. E a gente precisa de um documento autorizando esses colegas como Anna Carime do Município, João do CEP Saúde, José Antônio da ESPAP, Lafaiete da Centro Sul, Eugênio da Central, que os que não são do Estado possam também usar o carro do Estado. Nós temos a Escola como apoiadora, mas eu por exemplo, tenho que vir para Goiânia e sair daqui para dar o apoio em outro município. **Anna Carime** diz que não só de uma região para outra, mas dentro da própria região. Porque na verdade, nem todos os participantes da CIES são do Estado, o município também faz parte, aliás o quadrilátero. E o carro do Estado não pode levar alguém do município. Isso é complicado, é contraditório isso. Se o Estado quer dar apoio para todas as CIES, ele também tem que permitir que todos os membros da CIES usem esse apoio oferecido. **Edy-Lamar** fala que a CIES precisa ter pauta em todas as CIR todo mês, e o apoiador da CIES, nem sempre é o servidor da regional é servidor do Estado. No caso da Central e Centro sul, é, mas tem a Anna Carime e o José Antônio que são servidores do município de Goiânia. A CIR nos dias de hoje em todas as regiões estão acontecendo itinerante, cada mês é em um município daquela região de saúde. E se a CIES não tiver documentado em relação a isso, não tem nem como a gente atender as solicitações de apoio. A CIES fez esse documento para a superintendência da SEST solicitando esse apoio, mas eles nos responderam informando que a SEST, não pode interferir na gestão das regionais e que isso é demanda para a GERNACE. E não é a SEST responsável por dar esse documento. A CIES Estadual tem uma portaria 389 do então Secretário na época Dr. Antonio Faleiros, colocando a CIES Estadual dentro da SEST-SUS e a SEST como apoiadora em logística da CIES Estadual, mas realmente em relação às CIES regionais, não pode ser a SEST, é a GERNACE. **Carla** pede a fala e diz que voltando um pouco à pauta anterior, porque ela estava esperando uma resposta da presidente do COSEMS, Lucélia, ela solicita inclusão de nove vagas para os apoiadores do COSEMS. **Silvana** fala que para aumentar nove vagas teria que mexer na planilha de custos. Então fica definido que não vai aumentar a quantidade de vagas, mas vai tirar das vagas destinadas as regionais e redistribuir as vagas. **Eugênio** volta ao assunto do apoio e diz que não existe motivo para que não haja essa ajuda mútua, porque em todas as ações que são determinadas, existe a contrapartida da união do estado e municípios. Diz que essa

situação tem que ser resolvida, porque não dá pra ficarem sem esse apoio as CIES regionais. Eugênio diz que tem que enviar uma solicitação para CIB, para que entre o colegiado possa resolver. Eugênio fala que enquanto coordenadores de EP, eles podem tentar tratar desse assunto com a GERNACE, e a CIES enquanto colegiado, tratar esse assunto com a CIB. **Edy-Lamar** diz que pode haver um movimento para chamar a Lirce e a GERNACE para conversar e tentar achar a solução. **Carla** enfatiza que a CIB não é a Lirce. Risos. **Edy-Lamar** pergunta de quem seria essa responsabilidade, por onde a CIES começaria a discussão sobre o assunto. Fala que a situação da CIES Estadual está resolvida, não precisa de resolver com a CIB, já temos portaria sobre esse apoio logístico, precisamos resolver das CIES regionais junto a as regionais para dar esse apoio logístico. **Carla** fala que mais uma vez estamos enfrentando algo administrativo no Estado. Parece que existe uma portaria dos órgãos do Estado dizendo por que não pode. Não é uma coisa que a CIB possa resolver, é algo dentro da estrutura da SES. A Minha coordenadora tem dado esse apoio, quantas vezes eu tenho vindo tratar de assunto da CIES, que não é assembleia. É esse apoio que a gente precisa ter respaldado no documento e se possível podendo estender a outros membros. **Carla** pergunta se dentro do regimento a CIES é ligada a que. **Edy-Lamar** responde que a SEST-SUS. **Soraia** explica que a CIES está no organograma da SES ligada a SEST, assim como a CIB é ligada ao Gabinete do secretário. **Carla** fala que se é ligada a SEST, tem que algo a discutir com a SEST. **Soraia** explica que a SEST, não pode solicitar algo ao secretário ligada as regionais, porque existe a GERNACE que responde pela pasta. **Carla** fala que a SEST, não pode se abster dessa situação. **Soraia** responde que a SEST não se absteve, eles apenas responderam que o que nós solicitamos a superintendência não poderia fazer, que cabia a GERNACE fazê-lo. **Edy-Lamar** explica que o que queríamos era um documento colocando as regionais dando o mesmo apoio logístico que a SEST dá a CIES Estadual, que é a secretária executiva, o apoio logístico e etc. Não que a gente não tenha esse respaldo, temos, mas não da forma que precisamos, porque o apoio no momento não é para a CIES, mas para os coordenadores de EP. **Edy-Lamar** passa a palavra para o **Lafaiete** que fala sobre a solicitação da Regional São Patrício II para a CIES Estadual, e que ele foi até Goianésia durante a CIR extraordinária que a regional promoveu para que o João e ele fossem dar este apoio técnico. Fala que o João de última hora não pode ir e ele acabou indo sozinho. O Milomar havia conversado com a coordenação da CIR para convocar os secretários, mas infelizmente os secretários não compareceram; apenas um estava presente. E a CIES para ser pactuada precisa desse tipo de ambiente. Eles mandaram representantes, mas para eu não perder viagem, diz que fez a apresentação porque acreditou que todos que estavam lá poderiam ser no futuro, membros da CIES regional. Mas infelizmente, não pudemos concretizar a proposta, porque a intenção era aproveitar para pactuar a criação da CIES regional São Patrício II e fazer isso por meio de resolução CIR. Então o Milomar ficou de ele mesmo na reunião ordinária fazer a apresentação aos secretários. **Lafaiete** encerra sua fala e passa a palavra para **Edy-Lamar** que passa a palavra para o informe do Eugênio. **Eugênio** inicia sua apresentação falando que acredita que esse trabalho que a CIES Estadual tem feito colaborando com o fortalecimento e a estruturação das CIES Regionais está no caminho certo. E que a também ele e o José Antônio de Aparecida, a solicitação que a Regional Pireneus fez a CIES Estadual para esse apoio técnico, apesar que, o pessoal dessa regional tem sido assíduo e atuantes, nas assembleias da CIES Estadual, porém ainda assim eles tem suas dificuldades. Fala que a CIES já está constituída e que eles foram participar da primeira reunião da CIES. Nós contribuimos no sentido prático mesmo. Primeira coisa é ter esse lugar organizado. Na CIES Central eles fazem isso, criam uma pasta virtual de cada reunião, ali tem a pauta, a Ata, a Convocação e todo o funcionamento a partir da pauta estabelecida. Diz que foram na CIES Pireneus para contribuir no sentido da orientação de documentos de resoluções, regimento interno, regulamento e etc. Fala que a Viviane que está presente na reunião poderá falar um pouco também de como foi à reunião. Fala também de um assunto que não estava na pauta, mas que poderá ocorrer com qualquer coordenador

geral de regional mesmo em uma época tendo sido meritocrático, é de livre nomeação e exoneração. A coordenadora geral foi destituída a pouco tempo. **Aurélio** fala que os coordenadores gerais das regionais não são meritocrático, apenas gerentes são. **Eugênio** fala que alguns coordenadores ainda são meritocratas porque fizeram o processo quando ainda a função era de gerente. Hoje não existe mais esse cargo/função de gerente. Mas o fato é que da mesma forma, a coordenadora geral pode trocar esses coordenadores de EPS. **Viviane** ressalta que o apoio da CIES Estadual à CIES regionais é importantíssimo. Ela diz que conseguiu reunir os secretários, e o quadrilátero e na reunião foi uma chuva de perguntas. Quando todas as informações vão sendo colocadas no papel, surge várias dúvidas. E que a Edy-Lamar ouviu minhas perguntas, e a CIES Estadual ajudou demais enviando o Eugênio para orientá-los. Ela diz que teve uma dificuldade muito grande. Porque a secretaria executiva é ela. Foram vários desafios, mas que foi muito bom. Mas que foi ótima a reunião. E que a próxima reunião seria dia 30, mas foi cancelada porque não se sabe quem vai ficar com a coordenação de EP na regional. Mas quando o pessoal começa a entender o que educação permanente, tudo fica mais claro e que eles veem o brilho nos olhos das pessoas em querer fazer acontecer. Diz que não é nem questão de cargos, mas é que se apega a função e a EP é contagiante. Muitas gente acha que educação permanente é curso é papel, mas não é isso. Diz que temos que mudar o pensamento da regional e o pensamento da região no todo. Agradece o apoio, a Soraia também nos ajudou bastante com os envios de modelos de documentos. Agradece novamente e termina a fala passando para Edy-Lamar. **Edy-Lamar** fala que quem necessitar de apoio, solicita através de documento, via e-mail, memorando e etc. **Carlos** fala que enviou uma solicitação a mais de semana. **Soraia** responde que não receberam e informa que se quiserem mandar documento direto para CIES, pode, porque agora tem SEI. Fala que depois envia por e-mail o numero SEI da CIES. **Edy-Lamar** pergunta ao Carlos se a reunião que ele quer fazer não é na CIR. **Carlos** responde que não. **Edy-Lamar** então fala que vai estudar uma data com os apoiadores e que entra em contato para marcar. **Edy-Lamar** passa a palavra pro **Aurélio** que faz um informe sobre um curso "Irradia Saber", aprovado por resolução CIB em 2015 e trata sobre proteção sobre novos acidentes radiológicos. Ele é sobre o acidente radiológico de Goiânia em 1987, e formas de prevenção. O curso é voltado para profissionais do SUS, atenção primária especialmente no PSE possam fazer esse trabalho de informação, nas escolas, professores, alunos sobre as formas de se prevenir. Principalmente com crianças e adolescentes, porque tem se perdido a memória e acidente pode ocorrer novamente por desinformação das pessoas, assim como aconteceu na época. Fala das mudanças no projeto inicial, nas vagas. Havia um acordo prévio com a SEDUCE, esse acordo foi perdido por mudanças de secretários, mudou a gestão e tentamos fazer um novo acordo, mas a SEDUCE não mostrou interesse. Então as vagas que eram voltadas para SEDUCE, vão ser voltadas para o SUS. Mudaram também a parte presencial, hoje ele é todo EaD. Então como o recurso é suficiente, vamos aumentar as vagas. Uma para cada município e dezoito vagas para as regionais para os coordenadores de EP. Fala da indicação pelo município de um profissional da atenção primária que já tenha perfil de educador permanente. Para que seja o multiplicador no PSE e da atenção primária. **Edy-Lamar** fala que quando o curso passou na CIB, ele passou em um formato, agora o formato mudou. **Aurélio** responde que não mudou o esboço principal, mudou as vagas, está aumentando, e ele não tem mais a Educação porque a SEDUCE não teve interesse. E as vagas que eram para SEDUCE, estão sendo voltadas para os municípios. E o recurso já foi aprovado e reservado para esse fim. **Janislene** pergunta se tem data para iniciar. **Aurélio** responde que provavelmente as inscrições serão em agosto ou setembro com início imediato logo após as inscrições. **Aurélio** diz que estão com um pouco de dificuldade com conteudista, pessoas que entendam de acidente radiológico. Tendo definido o período das inscrições, via ser divulgado por e-mail e outros canais. **Aurélio** encerra e **Edy-Lamar** passa a palavra para Anna Carime. **Anna Carime** fala de um recado da equipe que estão naquele equipe que está coordenando a pesquisa de

Superintendência de Educação em Saúde e Trabalho para o SUS
Gerência da Escola Estadual de Saúde Pública "Cândido Santiago"

avaliação de Educação Permanente, A Rose enviou para todos os municípios um questionário para fazer um mapeamento da EP em Goiás, ela pediu para que haja colaboração dos coordenadores de EP, incentivando os municípios a responderem, porque dos 246 apenas 77 responderam. Perguntaram se foi enviado diretamente para os municípios. **Anna Carime** diz que sim. Ela diz que vai pedir para Rose enviar para cada regional os municípios que já responderam. **Eugenio** fala que as pessoas para quem foi enviado os questionários, são as mesmas pessoas que foi solicitado as regionais um nome das pessoas que tem ações educativas nos municípios e foi os Coordenadores de EP que passaram os nomes para a Rose. Anna Carime encerra sua fala e Edy-Lamar fala sobre as pautas da CIES que serão encaminhadas pelos coordenadores gerais das regionais diretamente para a secretaria executiva da CIES Estadual. Os coordenadores de EP que tiverem pautas, peçam para o coordenador da CIES regional enviar até dez dias antes da reunião. Terminadas as pautas e nada mais havendo acrescentar, encerra-se a reunião as 12h:30min e feita a leitura da Ata que vai por mim assinada, seguida pelos demais participantes da Assembleia.

Soraia Guimarães

Soraia Guimarães

Luiza Guimarães dos

Miriam Cristina de Oliveira

Filipe Duarte Agui Rinaldi

Carlos Ant

M^o de Lourdes Grampa

Eugenio Licio Vieira

Luiz Carlos Coringua Amato

Edy Rosa de Costa

Edy Lamar Borges de Sousa e Sousa

Lista de participantes da Assembleia de 29/05/2018

- 1- Maria de Fátima Rodrigues
- 2- Priscila Pereira Oliveira
- 3- Tânia Laila
- 4- Anna Carime
- 5- Miriam Cristina Oliveira ✓
- 6- Deá Tânia
- 7- Maria Aparecida P. Borges
- 8- Mirian Campos de O.Dias
- 9- Maria Ângela Pereira
- 10- Janislene Vilela
- 11- Aladio
- 12- Carlos Nunes ✓
- 13- Elza Rosa ✓
- 14- Carla Ribeiro
- 15- Júlia Rinaldi ✓
- 16- Sanzia Francisca
- 17- Valquíria Barbosa
- 18- Martha Marinho
- 19- João Batista
- 20- Ruth Chaves
- 21- Elisabeth Rodrigues
- 22- Eugênio ✓
- 23- Viviane Ferreira
- 24- Maria Helena Carvalho
- 25- Lafaiete ✓
- 26- Isaura Arruda
- 27- Renato Sandoval
- 28- Vera Jacó
- 29- Milomar Lopes
- 30- Carla Guimarães ✓
- 31- Edy-Lamar Borges ✓
- 32- Soraia Guimarães ✓